



# APONTAMENTOS DE GEOGRAFIA

ALINA ESTEVES  
MARIA JOSÉ CALDEIRA

REINVENTANDO CULTURAS:  
CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE CABO-VERDIANA  
PARA A DINÂMICA CULTURAL DE LISBOA

série: investigação

**CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS**

Tel.: 351-1-796 54 69 / 794 02 18 Fax: 351-1-793 86 90

Faculdade de Letras - Alameda da Universidade, 1699 Lisboa codex  
email: [ceg@mail.telepac.pt](mailto:ceg@mail.telepac.pt)

APONTAMENTOS DE GEOGRAFIA - SÉRIE INVESTIGAÇÃO: Nº5

ALINA ESTEVES  
MARIA JOSÉ CALDEIRA

REINVENTANDO CULTURAS:  
CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE CABO-VERDIANA  
PARA A DINÂMICA CULTURAL DE LISBOA

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
LISBOA - 2000

## **REINVENTANDO CULTURAS: CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE CABO-VERDIANA PARA A DINÂMICA CULTURAL DE LISBOA<sup>1</sup>**

ALINA ESTEVES

*Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Tel: 00351-21-7940218, Fax: 00351-21-7938690, e-mail: aesteves@esoterica.pt*

MARIA JOSÉ CALDEIRA

*Instituto de Ciências Sociais, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, 4710 Braga, Tel: 00351-253-604280 Fax: 00351-253-676966, e-mail: boavida@eng.uminho.pt*

### 1. INTRODUÇÃO

Durante muitos anos os movimentos migratórios foram essencialmente encarados numa perspectiva quantitativa e económica, em que interessava medir a população envolvida, a produtividade dos trabalhadores estrangeiros, os principais sectores económicos onde exerciam actividade, as remessas de divisas enviadas para os países de origem, os problemas económico-sociais inerentes à sua presença e à dos seus descendentes. Esta perspectiva mais economicista não considerava as contribuições positivas, inovadoras e enriquecedoras que do ponto de vista humano e cultural os migrantes podem trazer para a sociedade de acolhimento.

A hipótese que aqui apresentamos é a de que o reconhecimento, por parte da sociedade de acolhimento, da importância do apporto cultural dos imigrantes para a diversidade e riqueza sócio-cultural dessa mesma sociedade, permitirá encarar os “estrangeiros”, não como estranhos, mas como diferentes. O que se defende é que o respeito e a compreensão mútua da diferença permitirão uma aceitação menos conflituosa dos que chegam e uma melhor incorporação na sociedade receptora.

Tal como Jackson afirma “A migração é, de per si, um acto de mudança para o migrante com efeitos sobre ambas as sociedades entre as quais ele se desloca” (1991:56). Neste trabalho iremos apenas observar um dos lados onde ocorrem as mudanças, o lado da sociedade portuguesa tendo, no entanto, perfeita consciência de que “A diáspora cabo-verdiana tem eco na sociedade de partida: reflecte-se não só no tecido social, que a todo o momento se reconstrói, como na própria cultura” (Saint-Maurice, 1997:47-48).

O processo de aculturação é dialéctico, e os imigrantes cabo-verdianos que residem em Portugal, portadores de um conjunto de valores culturais e sociais, também se transformam. É muito difícil ou quase impossível permanecer imune ou indiferente às características culturais

---

<sup>1</sup> Esta investigação integra-se no projecto Metropolis Portugal. As autoras gostariam de agradecer à FLAD, na pessoa do Sr. Charles Buchanan, todo o apoio concedido para esta investigação.

da sociedade de acolhimento, pois os meios de comunicação social, as relações com os outros cidadãos (nacionais do país de acolhimento, outros imigrantes) e as características físicas do meio não permitem a continuidade e reprodução dos hábitos, tradições e modos de vida do país de origem. Os imigrantes têm assim, e como diz Ana de Saint-Maurice (1997), de reconstruir as suas identidades.

Partindo do pressuposto atrás enunciado, estruturamos este capítulo da seguinte forma: em primeiro lugar será feita uma caracterização da emigração cabo-verdiana para os diversos países do mundo, referindo a importância relativa de Portugal no contexto cabo-verdiano. Os elementos mais relevantes, no que respeita à evolução anual do número de cidadãos com autorização de residência em Portugal serão apresentados, bem como as principais áreas de residência, e a sua situação sócio-profissional. Seguir-se-á uma reflexão teórica sobre a cultura como variável fundamental no processo de inserção dos imigrantes na sociedade de acolhimento e como garante da coesão e identidade de um grupo. A terceira parte é constituída pela apresentação de vários elementos culturais da comunidade cabo-verdiana visíveis em Portugal, como a língua, a gastronomia, a música e a dança, a literatura e as artes plásticas, os rituais religiosos e as formas de apropriação do espaço público. Pretende-se saber se a vivência em Portugal implicou ou não alterações nos usos e costumes trazidos de Cabo Verde ou até o abandono de algumas tradições, ou se pelo contrário, houve a reprodução das várias expressões culturais no sentido de reforçar a coesão da comunidade e a identidade do grupo. Salientar-se-ão os principais aspectos culturais cabo-verdianos apreendidos pela sociedade portuguesa e o papel das associações de imigrantes na divulgação da cultura cabo-verdiana.

Finalmente apontam-se as principais iniciativas levadas a cabo pelas autarquias locais para a promoção da interculturalidade e conhecimento mútuo das culturas portuguesas e cabo-verdiana.

## 2. IMIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO CABO-VERDIANA: PORTUGAL NO CONTEXTO GEOGRÁFICO DA DIÁSPORA

O território de Cabo Verde, a sua história e a sua população encontram-se inevitavelmente unidos a Portugal. Eles são o resultado de uma convivência profunda que uniu num território com poucos recursos portugueses e escravos africanos provenientes de outros pontos deste continente.

Com condições naturais pouco favoráveis, secas bastante prolongadas, escassez de recursos e mais tarde uma industrialização muito deficiente contribuíram para que a

população residente procurasse, desde muito cedo, melhores condições de vida noutros países, dando início a uma verdadeira diáspora<sup>2</sup> baseada em motivos económicos.

O processo migratório do povo cabo-verdiano destaca-se pela dispersão que apresenta, com contingentes importantes espalhados por países de três continentes - América, África e Europa - e pelo peso relativo que o fenómeno alcança, uma vez que a população emigrada é superior à que reside no país (estima-se que sejam cerca de 500 000 os cabo-verdianos no exterior)<sup>3</sup>.

Os cabo-verdianos deram início à sua diáspora partindo nos baleeiros americanos que faziam escala no seu arquipélago. Os fluxos de emigração permanente para os Estados Unidos da América tiveram início por volta de 1874, envolvendo essencialmente mão-de-obra que iria trabalhar para o sector agrícola e têxtil. Este fluxo foi travado em 1917, com a imposição de medidas restritivas à entrada de estrangeiros (essencialmente negros, ou pessoas com fraca escolarização)<sup>4</sup>. A partir de 1959, a emigração para este país foi retomada, embora com uma intensidade muito menor, uma vez que a entrada era regulada através de quotas e os naturais de Cabo Verde eram integrados nas quotas de Portugal, por ser uma colónia portuguesa. As autoridades norte-americanas, davam igualmente preferência aos indivíduos brancos, fazendo com que os negros, sobretudo cabo-verdianos, fossem preteridos em seu favor. Contudo, a emigração para os Estados Unidos da América continuou, envolvendo fluxos populacionais menores, mas que no seu conjunto contribuíram para que esta seja a maior comunidade cabo-verdiana no exterior (250 000 pessoas, incluindo descendentes).

A partir dos finais dos anos 20 até metade dos anos 40, os destinos mais procurados foram países africanos próximos como o Senegal ou a Costa do Marfim, bem como outras ex-colónias portuguesas como Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola ou Brasil, a que depois se juntou a Argentina. Nos países africanos sob administração portuguesa, os cabo-verdianos eram utilizados como mão-de-obra agrícola e os mais qualificados como trabalhadores da administração pública. A opção por Portugal funcionava muitas vezes como plataforma de passagem para outros países europeus ou até mesmo para os Estados Unidos da América.

No entanto, o grande surto emigratório cabo-verdiano decorreu na segunda metade do século XX, verificando-se uma inflexão na escolha dos destinos, com uma forte opção por alguns países europeus, dos quais se destacam, numa primeira fase, a Holanda

---

<sup>2</sup> A este propósito ver *Estudo de Caracterização da Comunidade Caboverdeana Residente em Portugal*, Embaixada de Cabo Verde em Portugal/IESE/GEOIDEIA (1999:24).

<sup>3</sup> Embaixada de Cabo Verde; IESE; GEOIDEIA (1999).

<sup>4</sup> Saint-Maurice (1997).

(essencialmente Roterdão para onde se deslocou uma mão-de-obra qualificada para desempenhar tarefas relacionadas com o mar), Portugal e a Itália (para este destino emigraram essencialmente mulheres para trabalhar em serviços domésticos), e numa segunda fase a França, o Luxemburgo.

No contexto migratório de Cabo Verde, Portugal esteve muitas vezes presente, embora os fluxos e o perfil dos emigrantes variasse ao longo dos tempos. Os primeiros cabo-verdianos que se fixaram em Portugal pertenciam a estratos sociais elevados e eram predominantemente comerciantes, proprietários, funcionários públicos ou estudantes.

Mais tarde, desde meados dos anos 60 até meados dos anos 70, o fluxo intensificou-se e o perfil da população que chegava alterou-se. A saída de trabalhadores portugueses para os países ricos da Europa Ocidental, e a mobilização de jovens para combater na guerra colonial, tiveram como consequência não só o depauperamento do mercado laboral português mas também a necessidade de atrair, das colónias africanas, mão-de-obra não só para realizar um conjunto de obras públicas fundamentais ao desenvolvimento do país, mas também para a construção civil e indústria. Cabo Verde desempenhou então um papel fundamental no fornecimento de trabalhadores para construir infra-estruturas como o metropolitano de Lisboa, a Ponte sobre o Tejo, várias estradas, etc. Tratava-se de uma migração eminentemente masculina mas de difícil contabilização na medida em que eram cidadãos de nacionalidade portuguesa, que curiosamente repetiam a história emigratória dos portugueses na Europa.

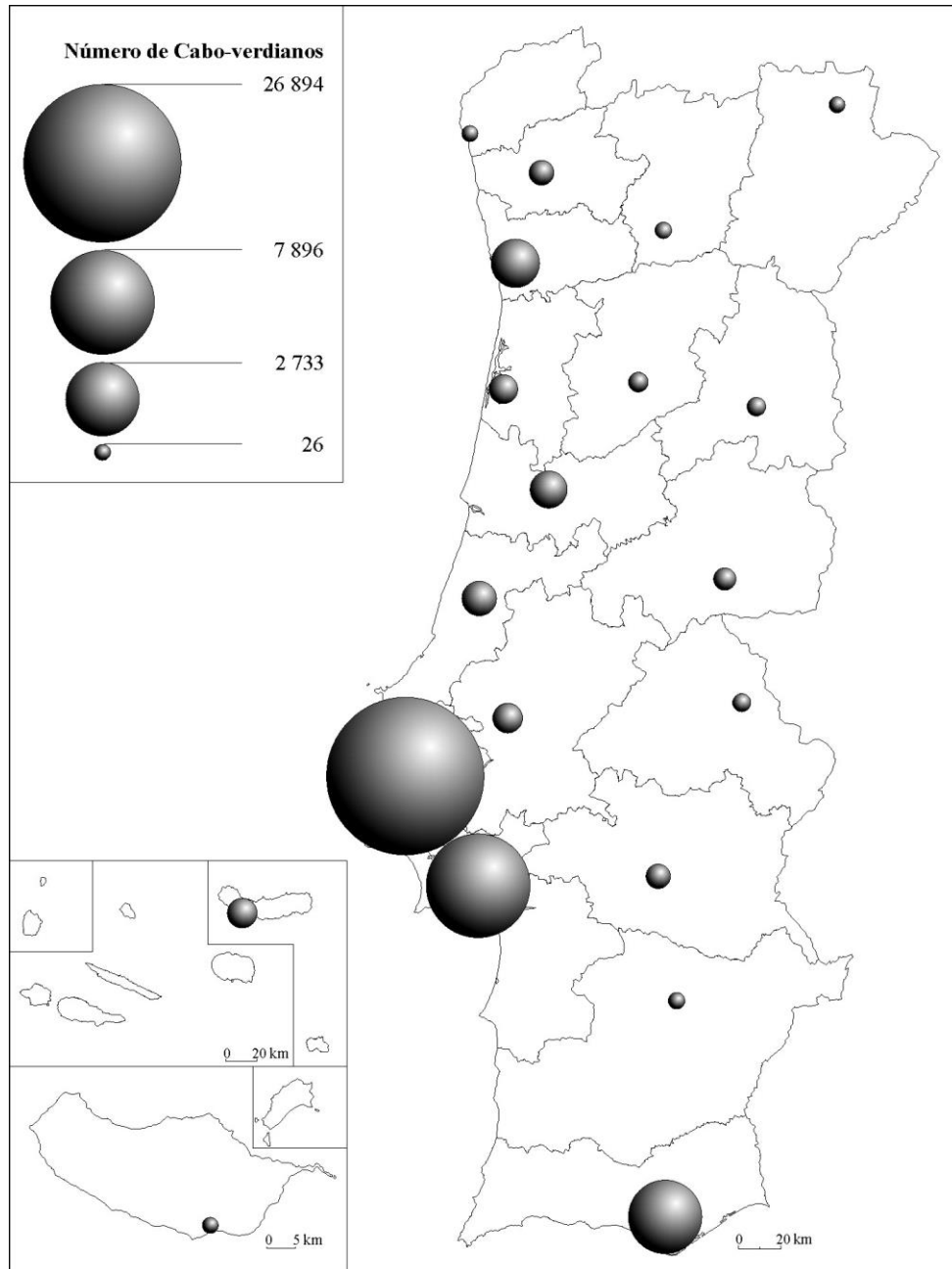
Após o processo de descolonização muitos dos trabalhadores ligados à administração pública das ex-colónias vieram residir para Portugal e, também nesta situação o contingente cabo-verdiano foi importante, pois ocupavam muitas posições não só na administração pública do Arquipélago como noutras colónias portuguesas. A maioria era uma população com níveis de escolaridade elevados constituindo-se assim como mão-de-obra qualificada.

Nos anos 80 e 90, o processo migratório para Portugal manteve-se baseado no reagrupamento familiar e nas redes de contacto existentes. O início de numerosas obras, após a adesão do país à União Europeia, como o alargamento da rede de auto-estradas e metropolitano, o *boom* da construção de habitação privada, e mais tarde a Expo-98, tiveram como consequência a necessidade acrescida de mão-de-obra. As redes sociais dos cabo-verdianos tiveram então possibilidade de actuar, contactando familiares e amigos que vieram para Portugal, alguns dos quais em situação ilegal.

Os cabo-verdianos são actualmente a maior comunidade estrangeira a residir em Portugal. O valor apresentado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é de 40 093 pessoas (31/12/1998), contudo um estudo sobre a comunidade cabo-verdiana em Portugal estimou a

presença de aproximadamente 83000 pessoas<sup>5</sup>. Os cabo-verdianos fixaram-se essencialmente na Área Metropolitana de Lisboa (nos distritos de Lisboa e Setúbal), no Algarve (região onde existe grande dinamismo no sector da construção civil devido ao turismo) e em terceiro lugar na região do Porto, onde no entanto a sua presença é muito menos notada (fig. 1).

Figura 1 - Cabo-verdianos com autorização de residência em Portugal por distrito (31/12/1998)



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

<sup>5</sup> Embaixada de Cabo Verde; IESE; GEOIDEIA (1999) - *Estudo de caracterização da comunidade caboverdeana residente em Portugal.*

Com fluxos bastante menores, ainda hoje a emigração é encarada como uma forte possibilidade para uma parte substancial dos jovens que residem em Cabo Verde, demonstrando o desejo de se fixar na Europa, e mantendo activa uma cadeia migratória que nunca foi interrompida.

Outro aspecto que importa realçar é o carácter transnacional<sup>6</sup> que a diáspora cabo-verdiana alcançou. Os cabo-verdianos mantêm contacto com o país de origem, indo algumas vezes de férias, construindo habitações, enviando dinheiro ou simplesmente recebendo notícias dos amigos e familiares. Conseguem igualmente manter contacto com as outras comunidades espalhadas pelo mundo através da circulação de alguns bens, nomeadamente alimentares, da divulgação da música produzida pelos vários grupos existentes nos diversos países em que se encontram, por telefone, e os mais jovens, filhos de emigrantes de primeira geração, através da internet.

### 3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE CABO-VERDIANA RESIDENTE EM PORTUGAL

Os cabo-verdianos são a maior comunidade estrangeira residente na Área Metropolitana de Lisboa, com 34 790 pessoas documentadas (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 31/12/1998). Constituem um grupo que apresenta um grau de heterogeneidade apreciável, o que se reflecte em formas e graus diferenciados de “integração”<sup>7</sup> na sociedade portuguesa. Nesta comunidade podem considerar-se grupos distintos de indivíduos<sup>8</sup>. O primeiro, e mais numeroso, é constituído por pessoas naturais de Cabo Verde e com nacionalidade cabo-verdiana, a maioria em idade activa e com poucas qualificações.

Sentem alguma dificuldade de integração, em parte devido ao fraco domínio que têm da língua portuguesa (dominam melhor o crioulo) e à débil escolarização. Esta situação levanta problemas de emprego, e conseqüentemente ao nível económico.

Os fracos recursos vão reflectir-se na habitação e no nível de vida que conseguem alcançar. A maioria distribui-se por vários bairros degradados ou de habitação precária da periferia de Lisboa, constituindo uma parte importante da população residente em concelhos como a Amadora, Oeiras ou Loures (Quadro 1).

---

<sup>6</sup> A este propósito ver Embaixada de Cabo Verde; IESE; GEOIDEIA (1999:25).

<sup>7</sup> Neste trabalho o termo integração designa o processo de ajustamento das minorias às sociedades de destino (adoptando as normas sociais vigentes), mas mantendo os aspectos específicos da sua cultura e da sua identidade (Malheiros, 1996:48).

<sup>8</sup> Saint-Maurice (1997:66).

Quadro 1 - Cabo-verdianos residentes em bairros degradados dos concelhos de Área Metropolitana de Lisboa

Concelhos	Nº de Bairros	População Africana	Cabo-verdianos	% de Cabo verdianos/Afric.
Amadora	12	15.399	13.052	84.8
Oeiras	15	11.124	9.787	88.0
Lisboa	20	7.064	4.034	57.1
Loures	7	6.956	2.818	40.5
Cascais	6	2.980	1.414	47.5
V. F. Xira	5	3.314	1.342	40.5
Sintra	6	1.260	828	65.7
<b>Dist. Lisboa</b>	<b>71</b>	<b>48.097</b>	<b>33.275</b>	<b>69.2</b>
Seixal	11	4.230	2.493	58.9
Setúbal	6	3.099	2.151	69.4
Almada	8	3.625	1.195	33.0
Moita	3	6.030	930	15.4
Barreiro	6	1.392	860	61.8
<b>Dist. Setúbal</b>	<b>35</b>	<b>18.416</b>	<b>7.629</b>	<b>41.4</b>
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>66.513</b>	<b>40.904</b>	<b>61.5</b>

Fonte: Firmino Cachada *et. al.*, *Os números da imigração africana*, Cadernos CEPAC/2,1995 (dados retrabalhados)

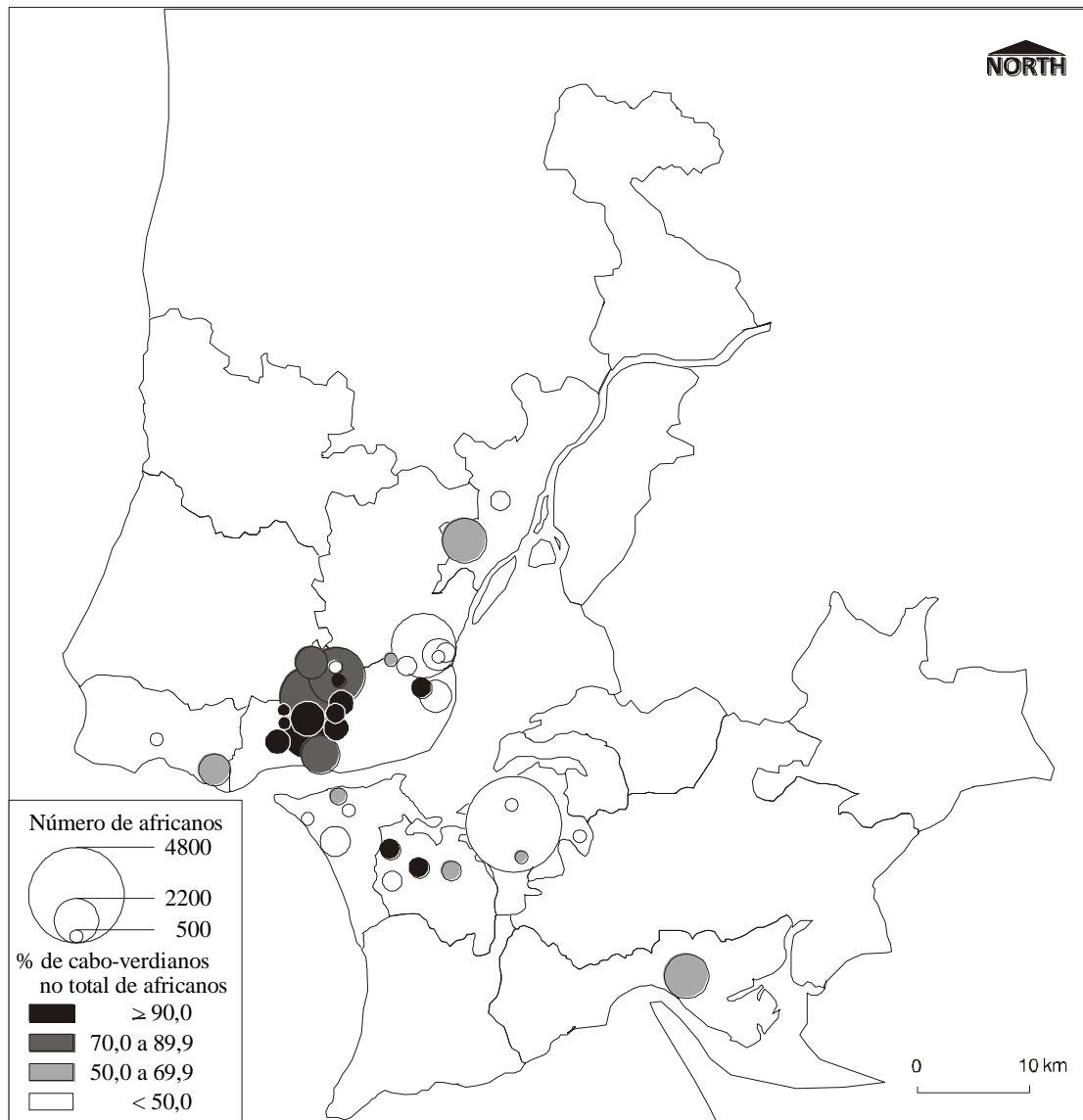
A figura 2 mostra claramente a existência de um padrão espacial de bairros degradados onde no final de 1994 residiam várias comunidades africanas e nas quais os cabo-verdianos representavam uma considerável proporção dos seus habitantes. “Apesar da sua crescente localização periférica destes bairros, é de assinalar a sua concentração nos municípios de Oeiras e Amadora, criando aquilo que habitualmente se designa de anel cabo-verdiano de Lisboa, e na área fronteira entre os municípios de Loures e Lisboa” (Fonseca e Malheiros, 1999:33).

Um dos problemas mais graves que afectam esta população é o acesso a uma habitação condigna. Dispondo de fracos recursos económicos e não possuindo frequentemente documentos, recorrem às suas redes sociais e de solidariedade para conseguir habitação e/ou emprego, resultando daqui uma maior concentração geográfica destas comunidades imigradas, que podem dar origem a bairros social e geograficamente marginais.

A situação perante o mercado de emprego, apesar das taxas de desemprego pouco elevadas, caracteriza-se por uma forte precarização, agravada muitas vezes, pela ausência de papéis, não lhes permitindo o acesso a alguns direitos laborais fundamentais (contrato de trabalho, subsídios de férias e Natal, ausência de segurança social e seguro de trabalho em caso de acidente), trabalhando frequentemente por períodos de tempo muito superiores ao que lhes são efectivamente pagos e incorrendo no risco do despedimento sem remuneração pelo trabalho realizado. Convém no entanto salientar, que esta precaridade é muitas vezes uma opção que o imigrante recém-chegado realiza a curto prazo, pois permite uma acumulação

rápida de capital, visto não pagar os impostos devidos e não efectuar os descontos necessários. No entanto, a longo prazo esta opção tem graves consequências para o trabalhador na medida em que não terá direito a pensão de reforma após a vida activa (Malheiros, 1998).

Figura 2 - Bairros degradados da Área Metropolitana de Lisboa onde reside a comunidade cabo-verdiana (31/12/1994)



Fonte: Firmino Cachada *et. al.*, *Os números da imigração africana*, Cadernos CEPAC/2,1995 (dados retrabalhados)

Outra característica a salientar, relativamente à sua situação profissional, é a forte concentração da população activa pouco qualificada nalgumas profissões. São essencialmente operários especializados da construção civil ou trabalhadores indiferenciados (quase sempre serventes da construção civil) enquanto as mulheres trabalham nos serviços domésticos ou se dedicam à venda ambulante (normalmente de peixe). Hoje em dia esta situação tende a

alterar-se ligeiramente, passando as mulheres a trabalhar no comércio, essencialmente como empregados de balcão, e no terciário baixo.

A falta de documentação de muitos imigrantes afecta igualmente as suas famílias, pois além de terem dificuldades económicas, têm acesso limitado à protecção social, à educação e à assistência médica.

O segundo grupo integra pessoas que nasceram em Cabo Verde, mas que possuem a nacionalidade portuguesa. Se alguns ainda têm grandes problemas de integração (porque são analfabetos, por exemplo), outros, pertencentes a uma elite intelectual cabo-verdiana, com elevados níveis de instrução e/ou qualificação revelam menores problemas de integração na sociedade portuguesa.

O terceiro grupo engloba essencialmente os filhos dos imigrantes cabo-verdianos, muitos já nascidos em Portugal. Poucos foram a Cabo Verde, e as únicas imagens que possuem foram-lhes transmitidas pela televisão. Conhecem, contudo, a cultura cabo-verdiana e falam crioulo.

Os jovens estudantes cabo-verdianos que com o auxílio de bolsas de estudo atribuídas pelo governo cabo-verdiano e beneficiando dos acordos de cooperação realizados entre universidades portuguesas e o ministério da educação do seu país, vêm para Portugal estudar, constituem o quarto e último grupo que desejamos individualizar.

Apesar da situação à partida lhes ser mais favorável do que a dos seus progenitores, sentem-se muitas vezes desajustados, não se identificando com nenhuma das culturas. Adoptam culturas urbanas “alternativas”, desenvolvidas por grupos de descendência africana doutras partes do mundo, sobretudo da América do Norte. A imigração realizada pelos seus pais não foi opção deles, e na escola têm dificuldades de aprendizagem derivadas do fraco domínio da língua portuguesa (em casa falam essencialmente crioulo) e da desadequação dos *curricula* escolares relativamente aos seus interesses. Há problemas de desajuste entre as práticas e valores sociais domésticos e os que são exigidos enquanto capital escolar. Daqui resulta um abandono precoce da escola, e por consequência dificuldades acrescidas no mercado de emprego, condicionando as suas perspectivas de mobilidade social. Em contrapartida, se estas dificuldades forem resolvidas, essencialmente as relacionadas com a educação, este grupo pode ter um papel importante na sociedade portuguesa, pois eles são quem melhor poderia funcionar como difusores de uma nova cultura que resultaria da junção das culturas cabo-verdiana e portuguesa.

#### 4. IMIGRAÇÃO E CULTURA

##### *4.1. A cultura como aspecto fundamental do processo de “integração”*

A imigração e a cultura são realidades que se encontram fortemente correlacionadas. O ser social, entre outros aspectos, é o resultado de um longo processo de aprendizagem influenciado por uma cultura que lhe está subjacente, e que depois transporta ao longo da sua vida, com um maior ou menor enriquecimento e com um maior ou menor grau de transformação. Os imigrantes são, assim, portadores de uma cultura específica que com graus de intensidade diferenciados pode ser preservada ou alterada dependendo muito do indivíduo, mas também da sociedade de acolhimento.

As diversas comunidades de imigrantes desenvolvem estratégias diferenciadas, segundo os objectivos a alcançar e as características da sociedade onde estão inseridos. Estas condutas podem ser diversas. Desde um auto fechamento, e então o processo de integração é mais difícil (algumas vezes os estrangeiros tendem a redefinir a sua identidade por forma a ultrapassar estereótipos de carácter pejorativo que possam existir e que depreciam a sua cultura de origem) (Domingo, 1996), até ao desenvolvimento de uma estratégia que vise a promoção da sua cultura, e que a vai actualizando e reformulando com aspectos da cultura da sociedade de acolhimento. A integração fica, deste modo, mais facilitada, não querendo isto dizer que defendamos os processos de aculturação ou assimilação cultural que promovem o abandono da cultura de origem.

Mas este é um processo biunívoco e dialéctico, pois inevitavelmente as sociedades onde estão presentes estas comunidades sofrem também transformações culturais transmitidas pelos imigrantes através do conhecimento e adopção de novas práticas culturais (gastronomia, música, conhecimento de novos locais, alteração de alguns espaços urbanos, etc.). Todo este processo é contínuo e inacabado.

Os imigrantes são agentes de mudança que implicam transformações não só ao nível económico mas também social, político, cultural e territorial, quer dos países de destino, quer dos de origem.

O presente é cada vez mais um mundo formado por sociedades onde coexistem várias culturas, que se relacionam e influenciam mutuamente. Se existir relacionamento e alterações provocadas pelas outras culturas presentes, então estamos perante uma sociedade intercultural, se por outro lado elas simplesmente coexistem, estamos perante uma sociedade multicultural. Independentemente da evolução dos conceitos e da discussão, o mais importante é o modelo de sociedade onde todas as pessoas devem ter o seu lugar e o seu valor.

Os aspectos culturais assumem, hoje em dia uma importância acrescida, e fazem parte dos debates actuais sobre as relações inter-étnicas. A compatibilidade das culturas, o carácter etnicista dos vários grupos, as virtudes da mestiçagem são cada vez mais alvo de estudos científicos e preocupações da sociedade pós-moderna. Esta consciencialização passa também para as comunidades de imigrantes que assim ficam despertas para estes temas, induzindo-as a ter uma atitude cada vez mais positiva relativamente à sua cultura de origem, desenvolvendo mais iniciativas e aumentando a preocupação com a sua divulgação por forma a chegar à sociedade de acolhimento. A cultura pode assim funcionar como um meio que facilita a integração e a criação de novas culturas. Pois, "... no mundo actual, as ideias de homogeneidade etno-cultural, "natural" ou recriada, não espelham a presente composição sociológica da população a qual é composta de uma grande diversidade" (Martiniello, 1997:636).

##### 5. TRAÇOS CULTURAIS DA COMUNIDADE CABO-VERDIANA RESIDENTE EM PORTUGAL

"Na sociedade receptora, [os migrantes] são particularmente visíveis na diferenciação do mercado de trabalho, na regulação política dos fluxos migratórios, nos acréscimos de variabilidade cultural, na redifinição dos espaços de interacção e na recomposição dos espaços urbanos" (Saint-Maurice, 1997:1).

Pela reconhecida importância que os imigrantes têm na formação da diversidade cultural da sociedade de acolhimento, o que pretendemos abordar neste ponto são vários aspectos que consideramos diferenciadores da cultura cabo-verdiana em relação à sociedade portuguesa, tornando-a única e original.

##### *A língua*

A língua é um dos aspectos que confere maior identidade a um povo. A língua oficial de Cabo Verde é o português e, a língua materna, o crioulo. Este resulta da fusão entre o português arcaico dos séculos XV, XVI e XVII levado pelos colonizadores portugueses, com os dialectos africanos dos escravos importados da África continental e as línguas de alguns povos europeus (francês, italiano e inglês). Entre as nove ilhas habitadas que constituem o arquipélago, é possível encontrar ligeiras variantes do crioulo, de tal forma que está neste momento a decorrer o processo de definição e uniformização das regras linguísticas a adoptar de modo a que este dialecto, por enquanto só falado, possa ser escrito e ensinado nas escolas. "A assunção formal do bilinguismo do cabo-verdiano foi muito recentemente decidida pela Assembleia Nacional de Cabo Verde" (Ferreira, 1997:27).

Se do ponto de vista formal todos os cabo-verdianos falam português, na realidade o domínio da língua é muito distinto consoante o capital escolar do indivíduo e a frequência com que ele usa a língua para comunicar. O crioulo é a língua que se utiliza no seio da vida familiar em Cabo Verde, reservando o português para os assuntos oficiais e para a escola. Segundo o trabalho de Saint-Maurice, alguns cabo-verdianos ao chegarem a Portugal, sentem grandes dificuldades em comunicar com a sociedade de acolhimento, pois não possuem um bom domínio da língua portuguesa. Podem criar-se situações, extremamente fragilizadoras e angustiantes para o indivíduo, na medida em que, além de ser estrangeiro, não possui a competência de saber falar fluentemente a língua do grupo maioritário. Por outro lado, a sociedade portuguesa assume à partida que todos os cidadãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) falam português, não havendo necessidade de ter um pouco mais de atenção para com os imigrantes recém-chegados que por vezes falam português com o sotaque típico dos seus países.

O cabo-verdiano usa então o crioulo para comunicar com os familiares, vizinhos e amigos, não só porque o domina melhor que o português, mas igualmente para não ser compreendido pelos que não conhecem esse código. A partilha de um código por um conjunto de pessoas inseridas numa sociedade estranha, confere-lhes unidade e reforça a identidade grupal.

No colóquio *Saber viver numa Europa multicultural*, promovido pela Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, um trabalho de investigação sobre a apreciação dos portugueses relativamente a um conjunto de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, revelou que “a forma como os estrangeiros falam e comunicam”, é o traço característico mais importante<sup>9</sup>.

No entanto, através dos luso-africanos, e essencialmente por via da expressão musical, um crescente número de palavras em crioulo e noutras línguas africanas (como o quimbundo de Angola), têm sido incorporadas na língua portuguesa corrente, principalmente no calão urbano<sup>10</sup>. Este encontra-se em constante renovação, pela via da adição de novas palavras das línguas africanas originais, ou pela invenção de novas palavras resultantes de situações específicas<sup>11</sup>. Também a diversidade étnica associada ao aumento da imigração para Portugal tem familiarizado a sociedade portuguesa com novas palavras ou expressões, desconhecidas até há poucos anos da maioria dos portugueses, e que resultam do sucesso empresarial de

---

<sup>9</sup> O colóquio decorreu entre 29 e 31 de Maio de 2000. José Luís Garcia (2000) *Portugal migrante: emigrantes e imigrados. Dois estudos introdutórios*, Celta Editora, Oeiras.

<sup>10</sup> Por exemplo, bué que significa “muito” e bueréré que é sinónimo de “muitíssimo”.

<sup>11</sup> Por exemplo, *tempira* é sinónimo de carro de polícia, pois durante vários anos a PSP conduziu viaturas da marca Fiat, modelo Tempira.

algumas actividades ligadas à restauração. Por exemplo, a picanha brasileira é hoje um prato popular entre os portugueses, bem como a cachupa cabo-verdiana, o chop-suey de vaca ou o caril indiano.

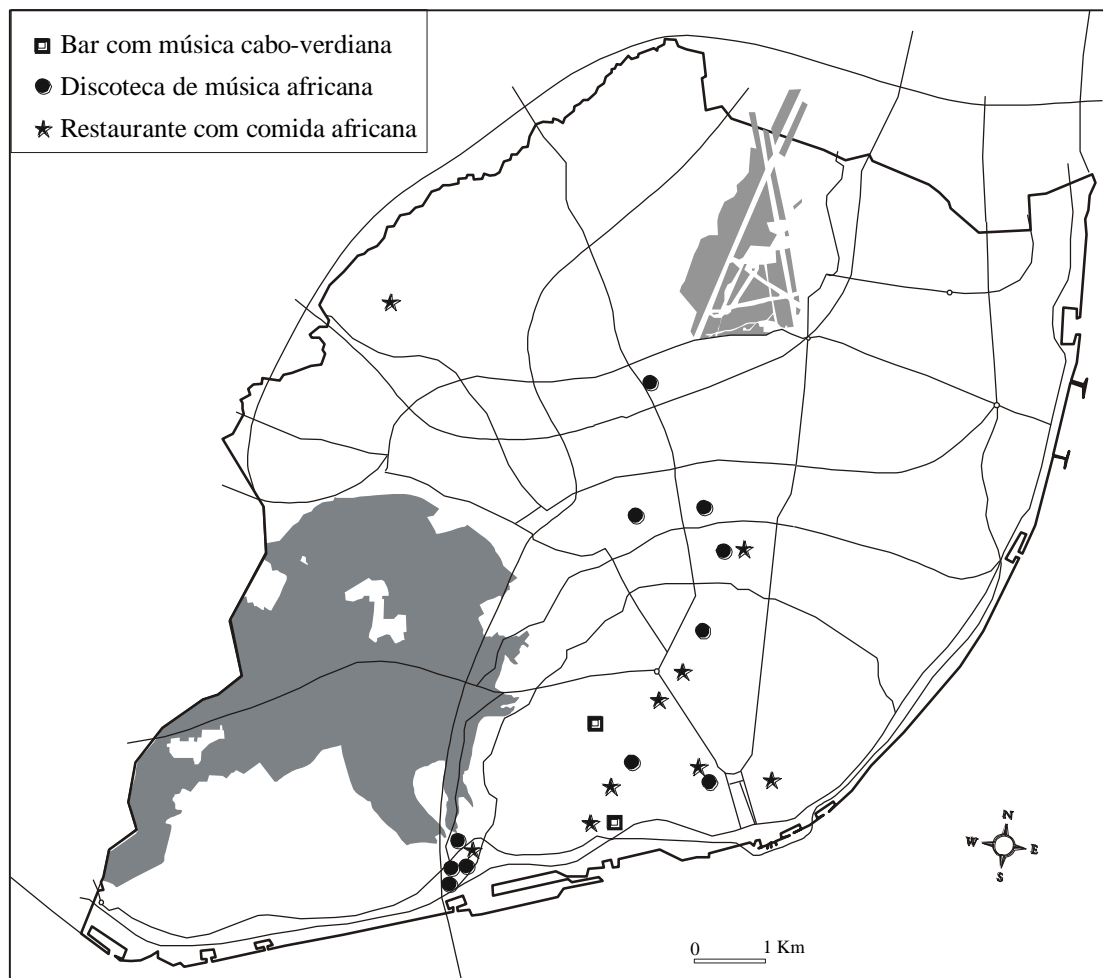
### *A gastronomia*

A gastronomia cabo-verdiana à semelhança de muitos aspectos da sua cultura é fortemente influenciada pelas culturas portuguesa e africana, e condicionada pelos produtos existentes no país. Este facto é o responsável pela existência de algumas variantes regionais consoante os recursos das ilhas. Assim, embora muitas vezes incorporando alguns ingredientes diferentes, a base do tempero é português (alho, cebola, louro, colorau, etc.) resultando no entanto, pratos que são a marca da sua cultura. A base da alimentação deste povo assenta em produtos como o milho, o feijão, a batata doce, a mandioca, os peixes (dos quais se destacam a cavala e o atum) e carnes diversas.

O prato mais tradicional é a cachupa, algo semelhante à feijoada portuguesa. É o principal prato da gastronomia cabo-verdiana, existindo várias cachupas consoante os ingredientes, a hora do dia a que é comida e o poder de compra do consumidor.

A confecção de pratos típicos do país de origem é uma das práticas recorrentes dos grupos de imigrantes, podendo no entanto, variar a frequência da sua execução. Esta prática pode ser condicionada se no país de acolhimento não existirem os ingredientes necessários para a receita e, neste caso, ou se introduzem ligeiras adaptações, inventando-se um novo prato (ou uma nova variação da receita original) ou se importam os ingredientes do país de origem. Com o decorrer do tempo, e se a procura o justifica, os comerciantes locais apercebendo-se que existe procura para determinados produtos, importam-nos para responder às necessidades do mercado. Os próprios imigrantes podem dedicar-se ao comércio destes produtos, surgindo assim inovação nos produtos colocados à venda e na criação de um comércio étnico. Na figura 3 é possível identificar um conjunto de restaurantes que servem comida africana, explorando não só boas oportunidades de negócios, mas respondendo também ao crescente interesse e procura por parte dos portugueses.

Figura 3 - Bares, discotecas e restaurantes com música ou comida africana e cabo-verdiana



Fonte: Lista telefónica da cidade de Lisboa, 1999-2000, 118ª edição.

No *Estudo de caracterização da comunidade caboverdeana residente em Portugal* (Embaixada de Cabo Verde em Portugal/IESE/GEOIDEIA,1999), um inquérito à população apurou que a quase totalidade dos inquiridos comia comida cabo-verdiana, variando a sua frequência com o grau de escolarização: os indivíduos com um menor grau de escolarização comiam comida cabo-verdiana com maior frequência. Esta situação resulta do poder económico e do grau de proximidade à cultura do país receptor, no entanto não deixa de ser relevante a fidelidade de todos os grupos à preservação deste traço cultural.

#### *A música e a dança*

A música, a que inevitavelmente se associa a dança, são a essência da cultura cabo-verdiana, ela é uma das principais características deste povo que não dispensa as suas músicas, os seus ritmos e as suas danças.

A música cabo-verdiana apresenta uma grande riqueza, devido à sua variedade, aos seus ritmos, aos instrumentos e aos intérpretes, ao mesmo tempo que revela por parte dos seus autores e cantores, uma grande apetência para a inovação e criação de novos ritmos e estilos.

A música retrata muitas vezes vivências do quotidiano. Assim, a “morna” (um dos géneros tradicionais mais conhecido) lembra a “sodade” dos cabo-verdianos dispersos pelo mundo. As “coladeras” e os “funaná” são músicas mais alegres que convidam à dança. Os instrumentos mais utilizados além dos de percussão são os de corda, entre os quais se destacam a viola, o violão, o violino e o cavaquinho.

Muitos dos artistas residem fora do território de Cabo Verde protagonizando eles próprios a diáspora do seu povo. Em Portugal, a música e os músicos cabo-verdianos ultrapassaram há muito o âmbito da sua comunidade, afirmando-se no panorama da música nacional e mesmo internacional. A música é inclusivamente um forte elo de ligação e expressão da transnacionalidade da sua cultura de que são exemplos Tito Paris (residente em Lisboa) e Cesária Évora (residente em Cabo Verde). O primeiro realiza concertos mais vocacionados para a comunidade cabo-verdiana residente na Europa e nos EUA (fig. 4). É admirável a concentração de espectáculos nos países onde a comunidade cabo-verdiana é numerosa: 4 concertos nos Países Baixos, 7 nos EUA e 4 em França. Cesária Évora, uma verdadeira embaixadora da cultura do seu país, e uma vedeta internacional, extravasa a diáspora cabo-verdiana e canta em locais tão diversificados como Hammamet (Tunísia), Lund (Suécia), Santiago (Chile) e Vancouver (Canadá) (fig. 5).

Figura 4 – Digressão do cantor cabo-verdiano Tito Paris entre 5 de Abril e 12 de Agosto de 2000

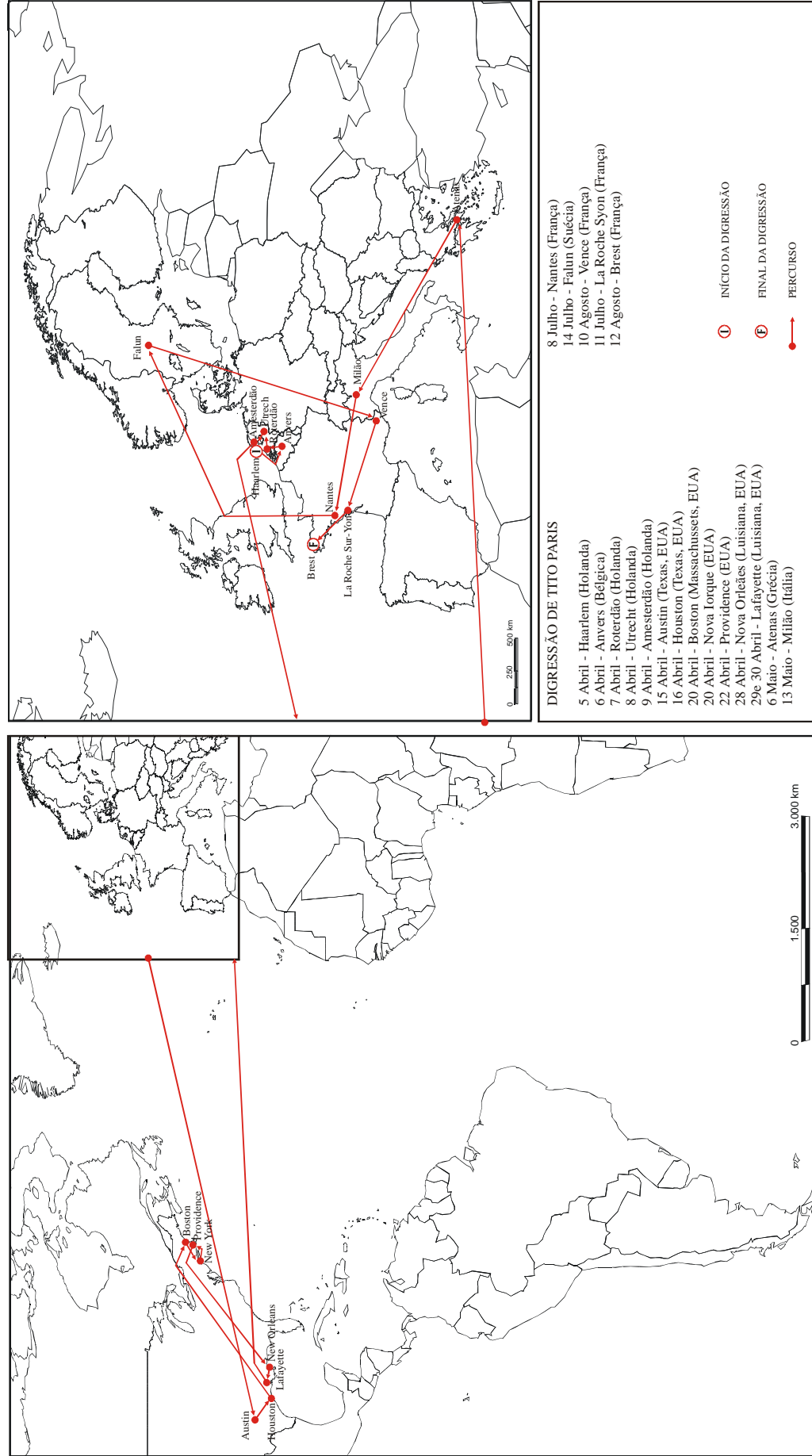
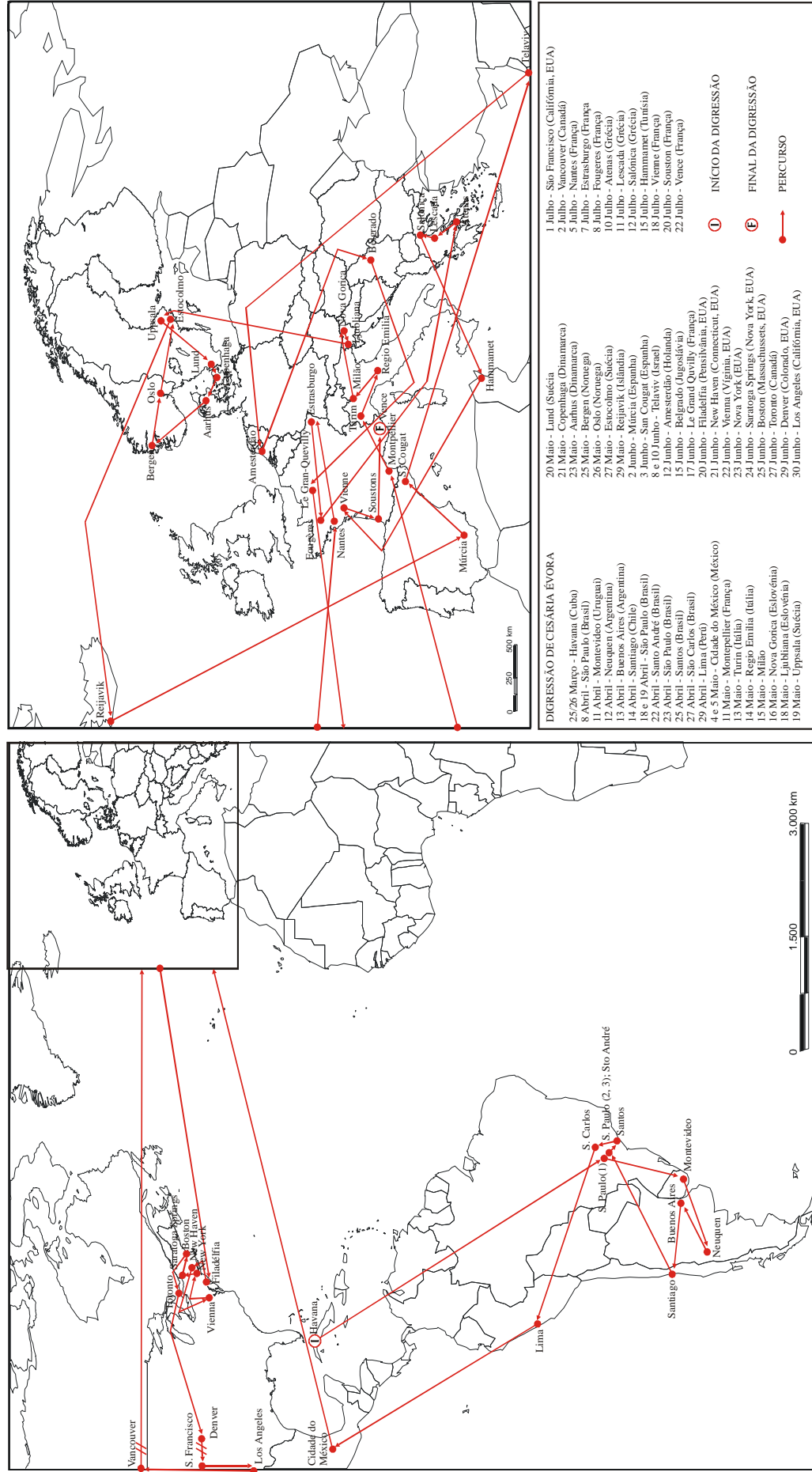


Figura 5 – Digressão da cantora cabo-verdiana Cesária Évora entre 25 de Março e 22 de Julho de 2000



Relativamente aos músicos e compositores cabo-verdianos residentes em Portugal, a Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, indicou-nos a presença de mais de 30 individualidades, onde se juntam nomes com longas e consagradas carreiras (Bana, Celina Pereira, Tito Paris, Fernando Queijas, Paulino Vieira) e novos músicos que se estão agora a afirmar no mercado português (Sara Tavares, Tó Cruz, ou Olavo Bilac). Estes jovens, descendentes de cabo-verdianos, e verdadeiros ícons da música pop actual, encontram-se perfeitamente integrados na sociedade portuguesa, preservando, no entanto, a sua cultura e identidade. Podem servir como exemplo à geração mais nova, mostrando que é possível conviver em harmonia, embora se possua capitais culturais distintos.

A influência da música cabo-verdiana começa já a sentir-se na sonoridade portuguesa, nomeadamente ao nível dos ritmos. Alguns dos principais artistas nacionais que incorporam essas mudanças são Rui Veloso, a Ala dos Namorados, Vitorino e Luís Represas.

A dança mantém-se igualmente presente, quer através da existência de vários grupos que se constituíram nas várias associações e bairros (por exemplo, os grupos de batuque *Finka Pé* e *Rinca Finca Pila Torno*), quer ao nível dos bares e discotecas onde se pode ouvir e dançar os ritmos cabo-verdianos. Na cidade de Lisboa, o crescente número destes estabelecimentos, onde a música ao vivo constitui um elemento de grande atracção e originalidade, mostra bem a criatividade musical deste povo e a capacidade empresarial de alguns indivíduos que se apercebem do interesse do público português e dos luso-africanos por esta expressão artística (fig. 3).

A 22 Maio de 2000 uma recém-criada empresa de organização de espectáculos de artistas africanos, a *Afro Eventos*, promoveu uma entrega de prémios a personalidades africanas que pelo seu dinamismo profissional se têm distinguido na sociedade portuguesa. As várias categorias de prémios abrangiam o mundo da música, da moda, do teatro e do cinema. Foram ainda prestadas homenagens a individualidades que pela sua longa carreira têm promovido as diversas comunidades africanas em Portugal.

De entre os onze prémios atribuídos, quatro foram entregues a cantores e compositores cabo-verdianos, e dos quatro homenageados, dois eram igualmente cabo-verdianos.

### *A literatura*

A literatura é outra das formas de divulgação da cultura de um povo, e “Cabo Verde é o país lusófono onde primeiro floresceu uma literatura de raiz autóctone, fruto do trabalho de uma elite que vinha defendendo a necessidade do reencontro com a terra e a gente” (Ferreira, 1997:27). Esta capacidade de gerar movimentos literários de grande repercussão, em que o

mais importante surgiu em torno da revista *Claridade* na ilha de São Vicente em 1936, revela a grande riqueza literária deste país e a sua capacidade de transpor os limites geográficos do arquipélago.

No entanto, temos que ter em consideração que a vasta maioria dos trabalhadores de origem cabo-verdiana que procuram Portugal como destino migratório, possui um nível de escolaridade relativamente baixo e desempenha tarefas essencialmente ligadas à construção civil, limpezas e serviços domésticos. As leituras, quando há tempo e oportunidade para as fazer, ficam-se sobretudo pelos jornais diários e desportivos e por revistas femininas (Embaixada de Cabo Verde em Portugal/IESE/GEOIDEIA, 1999), muitas vezes lidas nos transportes públicos ao fim de uma longa jornada de trabalho.

Há aqui uma excepção a assinalar e que se reporta à elite de artistas, escritores e quadros cabo-verdianos a residirem em Portugal. São pessoas cujo enorme capital cultural ou elevadas habilitações escolares lhes permitiram uma mais fácil e bem sucedida integração na sociedade portuguesa. O maior poder económico que possuem, associado aos seus gostos culturais, contribuem para a divulgação da vertente mais erudita da cultura cabo-verdiana. São, juntamente com alguns leitores portugueses, potenciais consumidores da actual e riquíssima produção literária cabo-verdiana<sup>12</sup>.

O crescente interesse de uma elite intelectual portuguesa pelos autores africanos de língua portuguesa, tem conduzido ao aumento do número de autores e de obras publicadas por algumas das principais editoras nacionais. Autores como Germano de Almeida, João Lopes Filho, Manuel Lopes (cabo-verdianos), Mia Couto, Eduardo White, Suleiman Cassamo (moçambicanos), Carlos Lopes (guineense), Pepetela, José Luandino Vieira, José Eduardo Agualusa (angolanos) que contam histórias do dia-a-dia das gentes dos seus países, são já conhecidos dos leitores portugueses. Considerando os poucos hábitos de leitura dos portugueses, é fundamental que haja por parte das empresas editoriais uma política de promoção dos autores. Isto é, em Portugal tem que ser feita uma grande divulgação dos trabalhos publicados para despertar o interesse dos potenciais leitores.

A qualidade das obras de vários autores da CPLP tem motivado a aposta de algumas editoras portuguesas no lançamento de colecções exclusivamente dedicadas a autores africanos de língua portuguesa. É o caso da *Editorial Caminho* que através da colecção “Uma terra sem amos” publica obras de escritores africanos, dando particular destaque aos autores

---

<sup>12</sup> O prémio PALOP foi este ano atribuído ao escritor cabo-verdiano Lúcio de Sousa Mendes pela obra *Os trinta dias do homem mais pobre do mundo*, escrita em português e editada em 1999. Este prémio enquadra-se no projecto do fundo bibliográfico de língua portuguesa, financiado pela União Europeia.

de língua portuguesa<sup>13</sup>. No entanto, a importância de alguns autores junto do público nacional - Germano de Almeida e Mia Couto - permitiu já a sua autonomização desta colecção e um aumento substancial do número de exemplares publicados<sup>14</sup>. Outras editoras como a *Vega Editora*, a *Ulmeiro*, a *Plátano*, a *Ática* e as *Publicações Europa-América* têm desempenhado igualmente um papel importante na divulgação dos trabalhos de autores africanos de língua portuguesa.

### *Os rituais religiosos*

O catolicismo é a confissão religiosa praticada pela maioria dos cabo-verdianos, não só na terra natal<sup>15</sup>, mas também nos vários países que compõem a diáspora cabo-verdiana. Há, no entanto, especificidades resultantes da própria insularidade e isolamento geográfico. “Nos meios rurais, vive-se e pratica-se uma religiosidade imiscuída de mitos, ritos e valores conotados com crenças animistas, onde o sobrenatural e o peso das forças da natureza se aliam” às outras religiões (Ferreira, 1997:29).

Segundo Saint-Maurice “A prática de alguns ritos ligados ao nascimento e à morte é diferentemente apropriada pelas diversas ilhas” (1997:130). Por exemplo, as gentes de Santiago são mais africanas e arreigadas às tradições, ao passo que em São Vicente as influências do exterior trazidas pelo constante movimento do porto modelaram uma população menos tradicionalista.

Há práticas culturais tipicamente cabo-verdianas ligadas a diversas etapas do ciclo de vida, como a festa do guarda-cabeça e a prática da esteira. O primeiro ritual reporta-se ao nascimento e é na sua essência um baptismo pagão realizado no 7º dia de vida da criança (igualmente conhecido por fazer-cristão), enquanto o segundo é um rito associado à morte que consiste em chorar o morto durante sete a onze dias. Segundo um estudo realizado junto da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal, 42,7% dos entrevistados praticam a festa do guarda-cabeça, enquanto 44,2% afirmaram pôr a esteira<sup>16</sup> (Embaixada de Cabo Verde em

---

<sup>13</sup> Na 70ª Feira do Livro realizada em Lisboa entre 25 de Maio e 13 de Junho de 2000, a *Editorial Caminho* reservou 1 dos seus 5 pavilhões para os autores africanos que durante o evento estiveram presentes para autografar as suas obras e realizar conferências.

<sup>14</sup> A título de exemplo, a obra *O testamento do senhor Napumoceno da Silva Araújo* do escritor Germano de Almeida, editada pela Caminho a partir de 1989, teve uma tiragem total de 7500 exemplares, repartidos em três edições. O mais recente trabalho do mesmo autor – *O dia das calças roladas* – teve uma primeira edição com 5000 exemplares.

<sup>15</sup> Segundo Ferreira (1997) cerca de 90% dos cabo-verdianos residentes nas ilhas dizem professar a religião católica, enquanto os restantes optam por outros credos, nomeadamente o Evangélico.

<sup>16</sup> Inquérito realizado em Setembro e Outubro de 1998 a 1417 famílias cabo-verdianas a residir na Área Metropolitana de Lisboa, Algarve e cidades do Porto e Coimbra abrangendo um total de 5147 indivíduos, ou seja cerca de 6,2% do número de cabo-verdianos residentes em Portugal.

Portugal/IESE/GEOIDEIA, 1999). Estes rituais eram na maior parte dos casos praticados pelos indivíduos com menores habilitações escolares, já que “... são práticas que decorrem de superstições habitualmente rejeitadas por aqueles que têm níveis de educação superiores” (Embaixada de Cabo Verde em Portugal/IESE/GEOIDEIA, 1999:165).

### *A presença de símbolos territoriais e a apropriação do espaço*

Os modelos da Escola Ecológica de Chicago analisaram já a apropriação do espaço, por diferentes grupos étnicos nas suas várias dimensões – económica, geográfica, social, cultural. A vivência dos espaços privados e públicos é feita de formas muito distintas consoante as características culturais das diversas comunidades. O que se discute é a apropriação do espaço de habitat – o bairro – onde se reproduzem as práticas quotidianas dos actores sociais (Rodrigues, 1989:97). O modo como os cabo-verdianos vivem e usufruem os espaços habitacionais e da via pública apresenta elementos de alguma originalidade e singularidade, que reflectem existências rurais não muito distantes. Por exemplo, pilar o milho à porta de casa, seja no pátio comum aos moradores do prédio ou no passeio da rua, reflecte hábitos trazidos do país de origem, em que a exiguidade das casas, a falta de luz e o próprio farelo do cereal empurram esta actividade, exclusivamente realizada pelas mulheres, para um espaço mais aberto, arejado e onde a liberdade de movimentos é maior.

A prática de jogos de mesa tradicionais à porta dos cafés<sup>17</sup>, tascas ou da própria habitação é prática comum nos bairros onde residem cidadãos cabo-verdianos. A amenidade climática e o reduzido trânsito de veículos motorizados nas ruas de alguns bairros, permitem assim, a reprodução de momentos lúdicos e recreativos, idênticos aos do país de origem, bem como a manutenção de redes de sociabilidades específicas a um grupo.

Mas a rua não serve apenas de local de circulação e de convívio. Algumas actividades profissionais podem ser exercidas na via pública, como o ofício de barbeiro, tal como Letria e Malheiros (1999) observaram no bairro do Alto da Cova da Moura nos arredores de Lisboa. Quando o barbeiro não dispõe de um estabelecimento e sempre que surge um cliente, este é atendido à porta da sua residência, segurando o próprio um espelho e tendo assente sobre as pernas uma bacia com água.

A presença de cabo-verdianos, e outras nacionalidades de origem africana, em alguns bairros das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto é visível através da presença de vasos, bidões ou baldes com plantas tropicais e subtropicais às portas das habitações. São

habitualmente plantas de carácter utilitário, especialmente para as preparações culinárias<sup>18</sup>, que assim complementam a economia doméstica, mas cujo cultivo tem essencialmente um carácter lúdico, tentando reproduzir algumas características da terra natal.

Outra das marcas territoriais mais visíveis da presença de determinado grupo num bairro ou área é a existência de *graffiti* nas paredes e outras superfícies disponíveis para um desenho, revelando assim, a importação de símbolos da cultura afro-americana. São executados pelos luso-africanos, descendentes dos imigrantes de primeira geração que enfrentando graves problemas de inserção na sociedade portuguesa, por exemplo a dificuldade de incorporação no mercado de trabalho, o insucesso escolar, o desfasamento de valores com os seus pais, expressam desta forma a sua revolta contra o *establishment*, frequentemente personificado pela escola e pelas autoridades policiais. Os graffiti que se encontram um pouco por toda a parte nas áreas urbanas de maior dimensão, constituem igualmente uma forma de comunicação e de envio de mensagens entre grupos de jovens residentes em bairros distintos, alimentando rivalidades, baseadas em sentimentos de pertença a determinados espaços e grupos.

Nos bairros de génese espontânea, e frequentemente ilegal, várias câmaras municipais da Área Metropolitana de Lisboa têm aceite as sugestões dos moradores quanto à toponímia das ruas. Assim, em bairros que estão neste momento a ser alvo de processos de legalização, e onde a presença das comunidades africanas é dominante, temos ruas que possuem nomes das suas congéneres cabo-verdianas, angolanas ou guineenses<sup>19</sup>. Os processos de geminação estabelecidos entre cidades portuguesas e cidades de países da CPLP pode ser também uma das razões subjacentes a este processo de adopção toponímica.

Ao circular fora dos bairros onde vive a comunidade cabo-verdiana é possível observar outros sinais da sua presença no espaço público. Praças como o Rossio e o Martim Moniz em Lisboa ou a rotunda de Algés no concelho de Oeiras, são disso exemplo. Têm no entanto, ocupações, usos e finalidades distintas para quem as procura. A praça do Rossio, uma das principais do centro histórico da cidade, serve não só como espaço de convívio, para obter informações da terra natal e saber notícias dos familiares, amigos ou vizinhos que há muito não se encontram, mas é igualmente usada como local de comercialização de alguns produtos

---

<sup>17</sup> Por exemplo, o *ouri* onde dois jogadores movimentam 48 sementes por um conjunto de 12 covinhas (casa) executadas num pedaço de madeira de forma rectangular (Letria and Malheiros, 1999:111).

<sup>18</sup> Quiabos, bananeiras, malaguetas, aboboreiras, etc.

<sup>19</sup> A título de exemplo, no município da Amadora a Rua de Lisboa é o nome de uma rua na ilha de São Vicente.

típicos de países africanos tropicais e subtropicais<sup>20</sup>. O colorido das roupas tradicionais africanas que muitas mulheres e alguns homens envergam e a variedade de línguas que se escuta, patenteia bem o carácter recente da chegada e a diversidade de origens geográficas. É também possível encontrar um ou outro imigrante cabo-verdiano ou angolano que estando há mais tempo em Portugal, conhece melhor os meandros burocráticos dos pedidos de legalização e, que a troco de um pagamento, trata dos “papéis” dos que ainda não possuem documentação. É também aqui que os subempreiteiros cabo-verdianos e guineenses contratam imigrantes africanos, por vezes recém-chegados e ainda sem documentos, como mão-de-obra para a construção civil (Rosário, 1996:40). Esta função de local de contratação é comum à rotunda de Algés, onde também as vendedoras de peixe cabo-verdianas tentam fazer o seu negócio evitando a Polícia Municipal. No caso do largo do Martim Moniz, a recuperação urbanística da praça realizada há cerca de 3 anos, incluiu a instalação de alguns pequenos quiosques e bares permitindo torna-la um espaço de convívio. Há, no entanto, uma ocupação diferenciada do espaço segundo grupos étnicos: o sector sul é ocupado essencialmente por indianos, enquanto o lado norte é o espaço dos africanos. Estes são indivíduos mais jovens do que os que se encontram na praça do Rossio, vestem de acordo com as últimas tendências da moda europeia e trabalho ou documentos não parecem ser algo que os preocupe.

O empresarialismo étnico é outra das formas visíveis da presença de comunidades estrangeiras no nosso país, deixando marcas indeléveis no território. O número de restaurantes, bares e discotecas de origem africana tem aumentado anualmente nas duas áreas metropolitanas do país<sup>21</sup>, correspondendo não só a uma maior dinâmica por parte de empresários africanos e portugueses que assim exploram boas oportunidades de negócio, mas também ao aumento da procura relativamente a este tipo de serviço. Os clientes dos bares e discotecas são na sua maioria africanos ou luso-africanos, ao passo que nos restaurantes encontramos essencialmente portugueses que procuram variar a sua dieta alimentar com o exotismo dos ingredientes africanos, ou recordar sabores apreendidos durante a sua permanência em África.

No caso dos estabelecimentos de origem cabo-verdiana, a informalidade de alguns negócios ligados à restauração dificulta a sua identificação e localização. Há, contudo, um conjunto de restaurantes onde é possível apreciar não só a gastronomia cabo-verdiana, mas também a angolana, guineense ou africana em geral (fig. 3). Além disso, também algumas

---

<sup>20</sup> Por exemplo, óleos vegetais, leguminosas secas, frutos.

<sup>21</sup> Não têm sido apenas os estabelecimentos de origem africana a registar aumentos significativos. É notável o incremento de restaurantes e lojas/bazares de origem indiana e chinesa.

Associações de imigrantes, dispõem de serviço diário de restaurante com música tocada ao vivo várias vezes por semana.

## 6. IMIGRAÇÃO E CULTURA

### *6.1 Estratégias e opções culturais desenvolvidas em Portugal*

Tal como tentámos demonstrar “A comunidade cabo-verdiana constitui um grupo social minoritário com uma identidade sócio-cultural própria e distinta (Rodrigues, 1989:98), e “... é justamente a existência dessas relações entre minoria e maioria, ou mais exactamente o seu carácter conflituoso, que proporcionam o fechamento necessário à preservação da identidade sócio-cultural do grupo minoritário e mesmo à sua existência enquanto tal” (Rodrigues, 1989:99).

No entanto, este fechamento nunca é total e os indivíduos do grupo minoritário, vêm-se obrigados a desenvolver estratégias de vida e a realizar opções que alterando aspectos da sua cultura original, lhes permitem reproduzir-se socialmente. Alteram-se hábitos, atitudes e tradições para se estar mais integrado na sociedade portuguesa.

Os pedidos de aquisição da nacionalidade portuguesa solicitados por muitos imigrantes cabo-verdianos a residir em Portugal, não estão relacionados com uma identificação emocional com o nosso país, mas sim com aspectos muito práticos que se prendem com a maior facilidade de circulação no espaço Schengen, e com o acesso a um conjunto mais vasto de direitos e garantias sociais (Embaixada de Cabo Verde em Portugal/IESE/GEOIDEIA, 1999:139/140). Renuncia-se à nacionalidade cabo-verdiana, não por ausência de amor à sua terra natal, mas porque tudo se torna mais fácil e acessível quando se possui a nacionalidade de um país europeu.

Quando se reside num país estrangeiro, também ao nível da língua usada para comunicar, há concessões a fazer. Se a maioria dos cabo-verdianos residentes em Portugal fala crioulo com os filhos, não só porque frequentemente o domina melhor que o português, mas porque deseja transmitir um elemento de identidade cultural importante, muitos há que optam por falar português com os seus descendentes. Nota-se aqui o reconhecimento da importância da aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento para assegurar uma melhor inserção no mercado de trabalho e na vida social<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> No inquérito do *Estudo de caracterização da comunidade caboverdeana residente em Portugal*, realizado em Setembro e Outubro de 1998, 39,0% dos inquiridos afirmaram ser o crioulo a língua falada com os filhos, ao passo que 29,3% fala português e 31,7% falam ambas as línguas (Embaixada de Cabo Verde em Portugal/IESE/GEOIDEIA, 1999:147).

A dificuldade em obter alguns dos ingredientes para cozinhar pratos tradicionais de Cabo Verde revela-se outro condicionalismo imposto à perpetuação das tradições da comunidade. Apesar de um crescente número de lojas e supermercados, geograficamente próximos dos bairros onde reside a população de origem africana, comercializarem produtos fundamentais para a confecção de iguarias africanas, ainda é difícil e dispendioso adquirir alguns tipos de peixe ou vegetais. Assim, o abdicar da culinária cabo-verdiana, ou a redução do número de refeições em que se come esta comida, pode dever-se a uma dificuldade em conseguir encontrar os ingredientes certos.

As regras de comportamento social impostas pelo grupo dominante podem também constrangir ou inibir algumas práticas culturais dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal. Segundo o *Estudo de caracterização da comunidade caboverdeana residente em Portugal*, a maioria dos cabo-verdianos (65,1% dos entrevistados) afirmou ouvir música do seu país muito frequentemente (Embaixada de Cabo Verde em Portugal/IESE/GEOIDEIA 1999:167). No entanto, muitos gostam de o fazer com um volume sonoro de tal ordem que possam partilhar a sua alegria com os vizinhos. Quando se vive num bairro de população maioritariamente cabo-verdiana ou africana, esta preferência não constitui problema, mas em apartamentos cuja qualidade de construção e capacidade de isolamento acústico são deficientes, e onde a maioria dos inquilinos não é africana, ouvir funaná ou ferro-e-gaita com uma sonoridade elevada, pode criar conflitos com os vizinhos e gerar sentimentos hostis. Assim, é necessário abdicar do prazer e do hábito de ouvir música da forma desejada de modo a manter uma convivência pacífica.

## 6.2. O Papel das associações na promoção da cultura Cabo-verdiana

Um dos aspectos que sobressai na comunidade cabo-verdiana residente em Portugal é o facto de ter sido pioneira no movimento associativo étnico. A primeira associação surgiu em 1970 – *Associação Caboverdeana* – mas nos anos 80, surgiram muitas outras que tinham por objectivo responder às necessidades da população imigrante nomeadamente no campo da habitação. Existem hoje várias associações ligadas à comunidade cabo-verdiana residente em Portugal, mas cujos objectivos se foram alterando consoante os problemas dos imigrantes. Algumas continuaram com o trabalho de defesa dos interesses dos imigrantes, principalmente do ponto de vista legal<sup>23</sup>, ao passo que outras se especializaram na preservação e divulgação

---

<sup>23</sup> Convém aqui salienta o importante papel desempenhado pelas várias associações durante os processos de regularização extraordinários (1992/93 e 1996), nomeadamente na sensibilização dos imigrantes não documentados, para a necessidade de regularizar a sua situação.

do património cultural (podendo muitas delas conjugar estas duas vertentes), e outras ainda apostaram essencialmente na cooperação com o país de origem na área da saúde (por exemplo, a Associação BIOS).

O principal objectivo das primeiras associações que surgiram no seio da comunidade cabo-verdiana era a preservação e reprodução de uma identidade cultural e social cabo-verdiana, defendendo os interesses da comunidade e contribuindo para uma integração que respeitasse a cultura e os valores dos indivíduos. Embora este objectivo geral seja transversal a todas as associações, a verdade é que o momento de formalização das associações, as pessoas que as dirigiam e as que se associavam, foram fundamentais na definição do papel de cada associação junto das populações.

De entre as muitas associações ligadas à comunidade cabo-verdiana, é possível estabelecer diferenciações segundo os respectivos objectivos. Existem associações de carácter essencialmente cultural, algumas delas ligadas a sectores mais elitistas, cuja função fundamental é o convívio, preservação e difusão cultural.

Relacionadas com a concentração de população de origem cabo-verdiana em vários núcleos degradados da região de Lisboa, surgiram várias associações de bairro, com o objectivo de resolver os problemas de habitação e de apoio à infância. Pretendem assim, lutar pela melhoria das condições de vida dos imigrantes, desenvolvendo projectos locais com vista a resolver carências muito concretas das populações que representam.

Existem ainda outras associações ao nível dos bairros, com o objectivo de dar a conhecer e valorizar a cultura do país de origem. Desenvolvem várias iniciativas ao nível da música e danças tradicionais (como grupos de dança e batuque), assegurando a continuidade de festividades cabo-verdianas (como a Cola San Jon), mas apoiando também a criação de novos grupos (de música rap, hip-hop, pop).

### *6.3. Iniciativas desenvolvidas pelas autarquias para promover a interculturalidade*

As autarquias, para além de se constituírem como parceiras em muitas das iniciativas organizadas pelas comunidades de imigrantes ou pelas suas associações, devem igualmente ter um papel dinâmico de apoio e defesa dos direitos de participação dos cidadãos imigrantes na vida do município.

As iniciativas das autarquias locais junto das comunidades imigradas têm estado muitas vezes relacionadas com a preocupação em responder a necessidades básicas, como por exemplo a falta de habitação condigna, a formação profissional e a assistência social e à

infância. Nestas duas últimas questões, as organizações não governamentais, nomeadamente as ligadas à Igreja, têm desempenhado um papel muito importante.

As autarquias da Área Metropolitana de Lisboa tentam resolver os inúmeros problemas que associados à elevada concentração de imigrantes que enfrentam dificuldades económicas nos seus territórios. Perante a importância das diversas comunidades africanas, alguns municípios sentiram a necessidade de criar gabinetes ou outros órgãos, incluídos na orgânica municipal, para apoiar estas comunidades, à semelhança do que é feito em França e na Bélgica há alguns anos.

É o caso do município de Lisboa que em 1993 instituiu o Conselho Municipal das Comunidades Imigradas e Minorias Étnicas com o objectivo de garantir a participação das associações que representam as comunidades de imigrantes e as minorias étnicas na organização e realização de acções que visam melhorar as suas condições de vida. Após a resolução dos problemas, mais prementes começou-se a prestar mais atenção à valorização dos aspectos culturais relacionados com as várias comunidades, e para isso o município de Lisboa criou o Centro de Recursos Multicultural que pretende ser um espaço de intercâmbio das experiências e conhecimentos das várias culturas dos habitantes que compõem o concelho de Lisboa (portuguesa, africana, cigana, indiana, etc.) e que promove acções de formação para jovens pertencentes às comunidades de imigrantes e de minorias étnicas residentes na região de Lisboa.

O município da Amadora criou em 1994 o Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes. Trata-se de um órgão consultivo com o objectivo de garantir a participação das minorias étnicas e comunidades imigrantes na definição das políticas de igualdade de direitos e oportunidades e à sua integração na sociedade, salvaguardando o direito à diferença.

No município de Loures, devido à forte presença de população oriunda de outros continentes, nomeadamente África e subcontinente indiano, desde há vários anos que se desenvolve uma política de apoio à integração das comunidades de imigrantes através do Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos. Em estreita cooperação com as várias Associações, a Câmara Municipal apoia financeira, logística e tecnicamente grande número de iniciativas de carácter cultural (festivais de música, dança, gastronomia, atletismo) e desportivo, divulgando a riqueza e diversidade cultural existente em Loures<sup>24</sup>. Encontra-se em fase de apreciação a constituição de um Conselho Municipal para Imigrantes e Comunidades Étnicas.

---

<sup>24</sup> Em regime de geminação com a ilha cabo-verdiana do Maio, esta câmara municipal promove acções de formação profissional.

A partir do conjunto de entrevistas realizadas às entidades municipais de diversos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, pudemos identificar a existência de três formas de actuação distintas<sup>25</sup>:

1. As câmaras que possuem declaradamente uma política de apoio às comunidades imigradas, algumas delas, inclusivamente, com a constituição de órgãos consultivos que congregam o município e associações aí sediadas. São os casos de Lisboa e Amadora, Loures (ainda sem órgão consultivo).
2. Os municípios que têm alguns técnicos a trabalhar pontualmente com estas populações, embora não exista uma política específica, como por exemplo o Seixal.
3. Os municípios que possuem alguns técnicos, mas o apoio desenvolve-se de uma forma indirecta, ou seja, através das associações existentes funcionando elas como promotoras e as entidades municipais somente como parceira (Sintra e Barreiro).

Um dos maiores problemas que as câmaras municipais enfrentam na promoção de iniciativas interculturais prende-se com a visibilidade que estas conseguem junto das várias comunidades imigradas, e pela ausência de envolvimento da sociedade portuguesa. Promove-se frequentemente a convivência entre as várias comunidades presentes na região de Lisboa, sem no entanto incluir os portugueses e, se é bem verdade que o contacto destas comunidades com os portugueses é diário, também é evidente existir ainda um fraco conhecimento e uma reduzida participação de muitos dos portugueses em alguns aspectos da vida cultural destas comunidades.

## 7. CONCLUSÕES: CONVIVÊNCIA INTER-ÉTNICA E REINVENÇÃO DE CULTURAS. ALGUMAS IDEIAS

Apesar de toda a riqueza e diversidade cultural por nós apontada, uma parte considerável da sociedade portuguesa, não conhece ou desvaloriza os aspectos culturais da maioria das comunidades imigradas residentes em Portugal. Por exemplo na investigação desenvolvida por José Luís Garcia, os inquiridos portugueses eram de opinião que nenhuma das 8 comunidades em causa e residentes em Portugal contribuía de uma forma importante e significativa para a riqueza cultural do nosso país<sup>26</sup>. Importa no entanto, salientar que a adaptação a uma inovação, seja de que género for, requer algum tempo. Contudo, os

---

<sup>25</sup> Foram efectuadas entrevistas em 6 municípios diferentes, para os restantes não foi possível efectuar as entrevistas por indisponibilidade de resposta no *timing* adequado.

<sup>26</sup> José Luís Garcia (2000) - *Portugal migrante: emigrantes e imigrados. Dois estudos introdutórios*, Celta Editora, Oeiras. As comunidades em causa eram a angolana, a cabo-verdiana, a guineense, a espanhola, a britânica, a brasileira, a indiana e a cigana (esta última, portuguesa).

portugueses parecem estar cada vez mais receptivos a inovações culturais, sobretudo se é algo que está em voga. Criar uma cultura menos homogénea, mais rica e diversificada, está a ser encarado como algo positivo e enriquecedor.

A afirmação da cultura cabo-verdiana na sociedade portuguesa evidencia-se essencialmente em quatro sectores, a música, a dança, a gastronomia e a literatura.

Se observarmos os vários concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, nota-se um número crescente de actividades ligadas à cultura africana no geral e cabo-verdiana em particular. Destes destacam-se os restaurantes, discotecas, bares, e algumas lojas e bazares de produtos importados dos respectivos países de origem.

Uma das vertentes culturais na moda na cidade de Lisboa e arredores é precisamente a actual valorização da cultura africana mas os ritmos africanos são igualmente muito apreciados e não é de menosprezar a quantidade de locais nocturnos onde é possível ouvir música de origem africana, são vários os locais existentes na noite lisboeta de tal forma que vários órgãos da comunicação social já escreveram sobre a importância das noites africanas em Lisboa<sup>27</sup>. São vários os locais que se podem frequentar e pode-se começar a noite por jantar num restaurante com cozinha cabo-verdiana, ir depois a um bar com música ao vivo e acabar a noite numa discoteca a dançar “funaná”. Embora neste aspecto não se façam distinções entre a cultura africana e a cabo-verdiana, a verdade é que até pela expressão que esta comunidade atinge em Portugal, e essencialmente na região de Lisboa, muita da oferta está relacionada com a cultura musical cabo-verdiana.

Tem-se assistido nos últimos anos a um aumento do número de espectáculos de artistas africanos, com especial destaque para os cantores e músicos cabo-verdianos. Esta preferência musical reflecte-se no número de discos vendidos, e as editoras têm registado aumentos no seu volume de vendas, quer apostando em estrelas de renome mundial (BMG com Cesária Évora), ou em artistas menos conhecidos internacionalmente (Sony Music com os Kassav; EMI Valentim de Carvalho com Ana Firmino).

A literatura de raiz cabo-verdiana chega a um público menos numeroso do que a música ou a dança, mas a importância editorial dos autores africanos, e de alguns cabo-verdianos em particular, justifica o destaque dado pelas editoras portuguesas na apresentação destes escritores. Se o número de edições e as tiragens das obras de Germano de Almeida, Mia Couto ou Pepetela estão em franco crescimento, significa isto que os leitores portugueses estão cada vez mais motivados para uma literatura que relata os quotidianos, as emoções e os

---

<sup>27</sup> Foram publicados artigos sobre as noites africanas em Lisboa na revista *Visão*, no jornal *Público* e no jornal espanhol *El País*.

pensamentos das pessoas que deixaram a sua terra natal em África para residir e trabalhar em Portugal.

Os meios de comunicação social têm desempenhado um papel importante no despertar do interesse por outras culturas, e o trabalho da RDP-África na difusão de notícias, informações de carácter geral e eventos culturais ligados à cultura africana tem sido notável. Esta estação de rádio, criada em Janeiro de 1997, é uma das maiores organizadoras de eventos que promovem a cultura africana, nomeadamente a dos PALOPs, em Portugal. Os eventos vão desde o lançamento de livros, revistas e discos, até homenagens a personalidades africanas, exposições de artes plásticas e concertos de música. Nos seus três anos e meio de actividade já organizou o lançamento de 54 livros (4 de escritores cabo-verdianos), 4 revistas (uma delas a revista cabo-verdiana *Kultura*), 31 discos (6 de músicos cabo-verdianos). Foi igualmente responsável pela organização de 19 concertos (5 de artistas cabo-verdianos) e outras actividades como homenagens a compositores e personalidades africanas, festas de solidariedade e exposições várias. A rádio transmite todos os domingos o *Magazine Informativo*, programa realizado nos bairros de população maioritariamente africana da região de Lisboa.

Na organização de actividades interculturais, e tal como a própria designação indica, é importante envolver as várias comunidades existentes em Portugal e os cidadãos portugueses, e não apenas uma ou outra comunidade que esteja a divulgar uma actividade específica. Neste contexto, as acções promovidas não só pelas Associações, mas também os projectos de iniciativa municipal ou governamental, dependendo do seu âmbito geográfico, devem procurar a colaboração e participação das comunidades a nível local, regional ou nacional.

No caso das acções e programas de iniciativa governamental ou municipal é absolutamente primordial não ter à partida ideias pré-concebidas do que é a cultura de uma determinada comunidade. Pode incorrer-se no risco de criar por um lado uma imagem de que existem várias minorias étnicas, totalmente demarcadas umas das outras e da cultura de acolhimento, e por outro de representações estereotipadas e folclorizantes da “cultura de origem”. É fundamental não encerrar as pessoas dentro das culturas que se ache serem delas, e deixa-las definir a sua própria cultura. Talvez a preferência de muitos jovens luso-africanos pela música rap, em detrimento das mornas, coladeiras ou batuque, ou o gosto pelo hamburger McDonalds, ao invés da cachupa e caldos de mancarra<sup>28</sup>, sejam significativos. Os ritmos e os

---

<sup>28</sup> Mancarra é a palavra guineense que designa amendoim.

sabores que agradam aos seus pais, não são os da sua predilecção, pois os trajectos que realizaram na sociedade de acolhimento são muito distintos dos deles.

As instituições de ensino têm um papel fundamental na promoção de uma formação que respeite e aceite as diferenças culturais dos alunos oriundos de comunidades muito distintas da sociedade de acolhimento. Os mais jovens devem encarar a diversidade étnico-cultural existente na sala de aula como uma riqueza que valoriza a turma e a escola e não como uma desvantagem.

A divulgação de informações e notícias sobre as diversas comunidades presentes em Portugal deve ser feita pelos vários órgãos de comunicação social e não apenas por alguns jornais ou estações de rádio ou televisão conotados como africanos.

Existe no entanto, um conjunto de aspectos que é necessário assegurar para uma inserção com sucesso em qualquer sociedade de acolhimento. É fundamental que os imigrantes tenham a possibilidade de participação política, de expressar livremente as suas opiniões e sentimentos sobre os que os rodeiam e que tenham direito a uma cultura por eles definida e não a cultura que os outros acreditam que é a deles.

## BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, M. (ed.) *Immigration in Southern Europe*, Celta Editora, Oeiras.
- BAGANHA, M.; FERRÃO, J. AND MALHEIROS, J. (1998) Immigrants and the labour market: the Portuguese case, in *Proceedings of Metropolis International Workshop*, Luso-American Development Foundation, Lisbon, pp. 89-120.
- BASTOS, J. AND BASTOS, S. (1999) *Portugal multicultural. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas*, Fim de Século Edições, Lisboa.
- CACHADA, F. et al., (1995) *Os números da imigração africana*, Cadernos CEPAC/2, Lisboa.
- CARREIRA, A. (1983) *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Instituto Caboverdeano do Livro, cidade da Praia.
- CARITA, C. AND ROSENDO, V N. (1993) “Associativismo cabo-verdiano em Portugal. Estudo de caso da Associação Cabo-verdiana em Lisboa”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 13, pp. 135-152.
- CONTADOR, A. C. (1998) “Consciência de geração e etnicidade: da segunda geração aos novos luso-africanos”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, pp. 57-83.
- DOMINGO I VALS, A. (1996) “Les conditions de vie des immigrés africains et latino-americains en Barcelone”, *Revue Européene des Migrations Internationales*, vol. 12, nº 1, pp. 39-51.
- EMBAIXADA DE CABO VERDE EM PORTUGAL/IESE/GEOIDEIA (1999) *Estudo de caracterização da comunidade caboverdeana residente em Portugal*, Embaixada de Cabo Verde em Portugal, Lisboa.
- ESTEVES, A. AND MALHEIROS, J. (2000) Foreign citizens in Portuguese prisons: over-representation or illusion? (no prelo)
- FERREIRA, L. (1997) *Cabo Verde, Educar para a Diversidade*, Centro de Estudos para as Migrações e as Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa.
- FONSECA, M. L. AND MALHEIROS, J. (1999) *Immigrants in Lisbon: innovation and spatial change in a Southern European context* (no prelo).
- FRANÇA, L. (coord.) (1992) *A comunidade cabo verdiana em Portugal*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.
- JACKSON, J. (1991) *Migrações*, Celta, Oeiras.
- LETRIA, P. AND MALHEIROS, J. (1999) *À descoberta dos novos descobridores*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa.
- MALHEIROS, J. (1996) *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança*, Edições Colibri, Lisboa.
- MALHEIROS, J. (1998) “Immigration, clandestine work and labour market strategies: the construction sector in the Metropolitan Region of Lisbon”, *South European Society & Politics*, 3/3, pp. 169-185.

- MACHADO, F. L. (1994) “Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, pp.111-134.
- MARTINIELLO, M. (1997) “Citizenship, ethnicity and multiculturalism: post-national membership between Utopia and reality”, *Ethnic and Racial Studies*, vol. 20, nº 3, July, pp. 635-641.
- MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SOLIDARIEDADE (2000) *Micro-empresas apoiadas num bairro de realojamento*, Secretaria de Estado da Habitação, Intervenção Operacional, Renovação Urbana, Lisboa (relatório elaborado por Sandra Marques Pereira).
- PUGLIESE, E. (1995) New international migrations and the “European Fortress”, in Hadjimichalis, C. and Sadler, D. (eds.), *Europe at the margins. New mosaics of inequality*, John Wiley & Sons, Chichester, pp. 51-68
- RODRIGUES, W. (1989) – “Comunidade caboverdiana: marginalização e identidade”, *Sociedade e Território*, 8, Fevereiro, pp. 96-103.
- ROSÁRIO, J. (1996) – “A preto e branco”, *Visão*, nº 185, Outubro, pp. 38-42.
- SAINT-MAURICE, A. (1997) *Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*, Celta Editora, Oeiras.
- SOPEMI (1999) *Trends in international migration. Continuous reporting system on migration*, 1999 Edition, OECD, Paris.
- WILS, A. (1999) Emigration and demography in Cape Verde: escaping the Malthusian trap, in King, R. and Connell, J. (eds.), *Small worlds, global lives: islands and migration*, Pinter, London, pp. 77-94.